

## Do texto árvore ao texto rizoma: questões em torno da fixação de textos

Professor Dr Mario Cesar Newman de Queiroz<sup>1</sup> (UFRRJ)

### **Resumo:**

*A tradição filológica da crítica textual, da fixação de textos tem um norteamto egóico claro no tratamento de textos modernos, ela propõe reconstituir a obra literária o mais próximo possível daquela produzida pela vontade autoral, “a intenção final expressa pelo autor” (SPAGGIARI, PERUGI, 2004, p.181) . Ou ainda uma clara ortopedia da idéia de original no tratamento de textos antigos, anteriores à imprensa, reconstituir um texto que se aproxime “o mais possível do original perdido” (SPAGGIARI, PERUGI, 2004, p.32). Persegue dois fantasmas, portanto. Mas esses dois fantasmas, a intenção autoral e o original perdido, sustentam um mundo de representações, a forma “natural” das coisas serem, o modo “natural” de pensarmos questões de arte e de texto. Conforme nos apresenta Félix Guattari o mundo moderno sofre de um mal cartesiano de querer colar a idéia de subjetividade consciente à idéia de indivíduo, e mais, pensamos a subjetividade como se ela fosse construída aos moldes da individuação biológica (GUATTARI, 2010, p.40). Logo nada mais correto do que pensarmos os textos de um autor como frutos dessa imagem de consciência individualizada. Contrariamente a isto, interessa-nos pensar a imagem de autor como função do texto, tal como enunciada por Foucault. Para Foucault o que hoje nomeamos de autor se articula com os discursos de um modo que nem sempre foi assim, e falar do fim do autor adquire o caráter projetivo de que não será para sempre como existe hoje, e talvez seja “na orla do mar, um rosto de areia” (FOUCAULT, 1987, p.404). Repetindo literalmente Foucault, “trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso” (FOUCAULT, 1992, p.70). O autor, longe de ser uma entidade pacificada, resolvida em torno da figura física de uma existência pessoal, é uma figura conceitual, uma função. No entanto, ao pensarmos assim a idéia de sujeito autoral, pomos em xeque a própria noção tradicional de texto como unidade pacificada ou pacificável por um esforço disciplinado de crítica filológica. A árvore estemática com que o filólogo busca apontar para a lição definitiva ou melhor, deve ser repensada em função de um rizoma textual construído com os desejos de diversos agentes, leitores, editores, copistas, resenhadores, filólogos. Para bem longe de uma crítica textual prescritiva, consideramos importante o trabalho filológico do levantamento das variantes e diferentes edições para flagrarmos os textos literários em sua riqueza rizomática.*

**Palavras-Chave:** Fixação de textos, Ecdótica, Poéticas da subjetividade, Foucault e Deleuze, Questão autoral.

## 1 Introdução

---

1 Mario Cesar NEWMAN DE QUEIROZ, Professor Doutor.  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
Departamento de Letras e Comunicação  
e.mails: [mcnqsofocles@terra.com.br](mailto:mcnqsofocles@terra.com.br) / [mcnewman@ufrj.br](mailto:mcnewman@ufrj.br)

O que apresentamos nesta comunicação são algumas reflexões que vimos fazendo nos últimos anos sobre o que é um autor? Que é um texto? Qual o papel de uma crítica textual (ecdótica) para uma teoria de bases foucaultianas, deleuzianas? Ainda é possível, válido falarmos em crítica textual, fixação de textos dentro das concepções teóricas da literatura na contemporaneidade?

A primeira coisa que devemos observar aqui é que nós, estudiosos contemporâneos da literatura, não costumamos levar a sério as expressões “os imortais da literatura”, “o imortal da ABL”, e nisto erramos. Erramos porque fazemos pouco caso disso. E ao assim procedermos nos esquecemos que há muito de bases metafísicas implicadas nessas expressões. Que elas revestem a forma autor, o processo histórico de apreciação autoral de uma aura de infinitude que a põe fora dos jogos finitos de realização das leituras, de realização efetiva da literatura.

A segunda é que também há uma tendência contemporânea a não nos ocuparmos de uma questão que é central para a crítica filológica, para a crítica textual (ecdótica) que é um texto de determinado autor? Um jogo de silêncios complementares parece envolver contemporâneos estudos sobre literatura e a tradicional filologia. Na ecdótica, o autor não surge como matéria de questionamento, mas tão somente no máximo como matéria de descobrimento. Nos estudos contemporâneos de literatura, o que me salta aos olhos é que os textos em sua base significativa não são matéria de questionamento, mas igualmente, no máximo, matéria de descobrimento. Trabalhamos os textos sem nos indagarmos de sua constituição e logo o atribuímos a um determinado autor, época, período, escola, corrente. Há uma mecanização nesse proceder. Um descuido para com o que seja um texto de estudo.

Se num caso o autor se reveste de infinitude inquestionável, no segundo é o texto que parece desfrutar de uma aura inquestionável como se oriunda de um fundo intangível, uma infinitude. Em ambos os casos lidamos com fantasmas de infinito. E no contexto dos modos capitalistas de apropriação da formação de subjetividades não sei até ponto qual fantasma é mais produtivo de expropriação das forças criativas das gentes, qual deve ser combatido com mais veemência.

O professor Joel Cardoso, por exemplo, observa que ao trabalhar com Machado de Assis depara-se com textos que de edição para edição se mostram com distinções que os tornam praticamente textos distintos. Então, devemos nos perguntar, livres da figura autoral cartesiana, romântica, positivista, como devemos nos posicionar diante de tal circunstância? Tratar a variante que dispomos como única, afinal de contas o leitor sempre produzirá o texto de uma forma ou de outra? Ou propiciar pelo menos aquela escolha de caminho que o matemático Irineu Bicudo ressalta na sua tradução direta do grego de Euclides, *Os elementos*. “Com isso, o editor oferece a oportunidade de o leitor fazer a sua própria escolha da expressão que deva estar em determinado ponto do texto, com um possível significado novo para a passagem que a contenha” (BICUDO, 2009. p.25).

Em *A História do cerco de Lisboa*, Saramago brinca com a possibilidade de um revisor de textos alterar a historiografia e a própria história ao inserir um “não” onde deveria constar que os cruzados aceitaram o convite do rei português para o ajudarem a tomar a cidade aos mulçumanos. E talvez a pergunta deva ser, até que ponto um

simulacro ainda mantém vínculo com outro simulacro para pensá-los ainda como variantes de um mesmo texto? Não podemos nos enganar, ao atribuírmos autonomia aos simulacros, ao revertermos a questão do simulacro, da cópia e do original ainda fazemos valer a idéia de um conjunto a que denominaremos “texto tal”. Ou não será assim?

Não é verdade que queremos ler os textos de Deleuze, de Guattari, de Foucault a partir daquilo que acreditamos ser um texto de um desses autores? Não é verdade que Deleuze foi tão bom e autêntico leitor de tantos filósofos, Platão, Espinoza, Leibniz, Hume, Kant, Nietzsche, Bergson... fazendo rigorosa referência aos textos deles? Não observamos com humor tantas vezes citações referidas a autores errados, textos truncados na internet?

Retornamos, portanto, à questão que é um texto x? Que faz de um texto, um texto específico? Neste problema não podemos descartar a base significativa com que ele se apresenta, antes de pensarmos nas leituras e suas produções efetivas de textualidade. Parece-nos fácil não questionarmos a forma significativa como um texto se apresenta quando se trata de texto recente, principalmente quando o autor é vivo. Mas a questão não é tão simples assim, se alguém confrontar as diversas edições de *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, verá que o livro vem sendo retrabalhado em sua escrita desde o seu lançamento. O que para a filologia tradicional não apresenta nenhuma complicação de estabelecimento de texto, será estabelecido como “o texto” o último editado em vida do autor, ou aquele que apresente as últimas provas revistas pelo autor, se houver. E isto por que o texto será estabelecido em conformidade com a “vontade autoral”.

Mas uma vez descolados dessa premissa da ecdótica, da crítica textual, surge a pergunta, por que este e não aquele outro que li primeiro, ou que foi lido por mais pessoas, ou que nós três aqui achamos melhor? E no entanto o que é mais importante por que não pensarmos o texto como esse conjunto de variantes?

## **2 Primeiro passo, a função autor**

A tradição filológica da crítica textual, da fixação de textos tem um norteamo egóico claro no tratamento de textos modernos, ela propõe reconstituir a obra literária o mais próximo possível daquela produzida pela vontade autoral, “a intenção final expressa pelo autor” (SPAGGIARI, PERUGI, 2004. p.181). Ou ainda uma clara ortopedia da idéia de original no tratamento de textos antigos, anteriores à imprensa, reconstituir um texto que se aproxime “o mais possível do original perdido” (SPAGGIARI, PERUGI, 2004. p.32). Persegue dois fantasmas, portanto. Mas esses dois fantasmas, a intenção autoral e o original perdido, sustentam um mundo de representações, a forma “natural” das coisas serem, o modo “natural” de pensarmos questões de arte e de texto. Conforme nos apresenta Félix Guattari o mundo moderno sofre de um mal cartesiano de querer colar a idéia de subjetividade consciente à idéia de indivíduo, e mais, pensamos a subjetividade como se ela fosse construída aos moldes da individuação biológica (GUATTARI, 2010. p.40). Logo, dentro dessa lógica, nada mais correto do que pensarmos os textos de um autor como frutos dessa imagem de consciência individualizada.

Michel Foucault, em “O que é um autor?”, observa que a questão do autor ainda é tratada na maioria das vezes, mesmo nos modernos estudos literários, da mesma forma

que o fazia São Jerônimo em práticas de exegese a partir de quatro critérios. 1- Um autor é determinado por um certo nível de qualidade (uma obra pior ou mais fraca que o costumeiro é imediatamente posta em dúvida como pertencente àquele autor). 2- Um autor é um campo de coerência conceitual ou teórica. 3- Um autor é também marcado por uma certa unidade estilística. 4- Um autor é, enfim, um certo momento histórico, uma estória em que surja algo posterior a um certo período não pode pertencer a um autor daquele certo período. Esses quatro critérios correspondem a um conjunto mais ou menos invariante através do tempo. Muito embora, saliente, na antigüidade e na idade média a função de autor fosse mais determinante nas ciências e na filosofia e quase inexistente ou desimportante nas artes, enquanto que hoje essa fórmula se inverte. Hoje a atribuição de uma obra seja fundamental nas artes, na literatura e secundário ou desimportante nas ciências.

Contrariamente a isto, interessa-nos pensar o autor como função. Como elemento do texto sem remeter simplesmente a uma individualidade. Repetindo literalmente Foucault, “trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso” (FOUCAULT, 1992, p.70).

O autor, longe de ser uma entidade pacificada, resolvida em torno da figura física de uma existência pessoal, é uma figura conceitual, uma função. Se estudamos um mesmo texto de um autor, por exemplo, mas chegamos a leituras absolutamente antagônicas, cabe perguntar, estamos diante do mesmo autor (pessoa)? Ou de uma figura conceitual que é capaz de servir de território para as nossas duas leituras antagônicas? As nossas práticas contemporâneas de leitura parecem falar a favor desta última. Conforme Foucault, “o nome do autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular” (FOUCAULT, 1992, p.46).

### **3 Segundo passo, a ascensão dos simulacros**

Pensar o autor como função do texto implica na aceitação de uma pluralidade de vozes na construção significativa do texto. No agenciamento desejante de muitas procedências na formação da função autoral. E dessa forma as diversas variantes de um texto vão se transvalorando. As configurações diversas de um texto vão adquirir autosuficiência e desmobilizar a hierarquização arbórea construída pelo estema das diversas variantes em função da identificação de uma lição, de um original em conformidade com a “vontade autoral”. Agora, então, não mais o texto e suas variantes, mas a pluralidade textual em sua diversidade.

Não mais o jogo hierárquico do original (a expressão da vontade autoral), das cópias (as variantes possíveis ou revistas pelo autor) e dos simulacros (os erros de copistas, tipógrafos, contribuições de editores mais ou menos bem intencionados, intérpretes etc.), mas pensar o texto como acontecimento plural e incessante, que apenas uma edição o mais aberta possível pode assinalar sua complexidade, sua abertura para o devir.

Conforme já comentamos em outra circunstância, a questão do estabelecimento de textos hoje se apresenta diante de uma ironia histórica. Por conta dos instrumentos de

busca na internet, do acesso virtual aos bancos de dados os mais diversos, nunca foi tão fácil localizar as diversas edições de um texto. Tecnicamente, com os atuais softwares e processos de editoração, podemos produzir edições críticas com rapidez, rigor e acuidade impensáveis nos idos de 1980. Para termos idéia, o cotejo de textos hoje pode ser realizado numa única tela através de programas que dispensam o editor crítico de gastar seu olho na identificação de distinções de grafemas. Pois este trabalho “mecânico”, antes feito pelo olho do editor, pode ser muito melhor realizado por um programa. Contudo nesse mesmo momento a ecdótica, por não ter feito uma revisão de suas bases teóricas, enfrenta uma inanição que beira a morte (QUEIROZ, 2009. p.46-7).

E mais ainda, podemos acrescentar, hoje os processos de edição, por CD, CD-rom, DVD, hipertextos entre tantas bases cada vez mais heteróclitas, mais capazes de intercruzar textos, imagens, sons, links, a custos relativamente baixos, propiciam a expectativa de um texto simultaneamente em diversas variantes, em muitas faces, em múltiplas formas de apresentação, recitado, lido, falado por atores, comentado por críticos, com sugestões de links, texto aberto em rizoma.

Sou um amante da forma livro, gosto dela. Mas proponho, cada vez com mais convicção, que devemos publicar edições críticas e essas devem fazer uso das novas mídias para apresentarem os textos como construções plurais e não como árvores para uma visão unitária. Suprimir a árvore estemática da crítica textual em nome da percepção do rizoma textual.

Somente para tomarmos dois exemplos de como são importantes as edições críticas e de como essas lucram em vir numa forma rizomática, citamos o caso de um poema de Cassiano Ricardo e um de Augusto dos Anjos.

Ao tomarmos a edição crítica de realizada por Marlene Mendes, Jayro Xavier e Deila Peres ainda nos idos de 1980, nos deparamos com o poema “Exortação” que fora publicado, em 1926, em *Vamos caçar papagaios*, e que em 1928 aparecerá em *Martim Cererê*. Na publicação das *Poesias completas* do autor, em 1957, o poema retorna ao livro de 1926, para retornar ao *Martim Cererê* em 1962 (MENDES, PERES, XAVIER, 1986. s/p.). Somente o levantamento e o cotejo realizados para o tratamento textual permite perceber essa migração do poema, esse processo de transformação do texto, a interlocução entre os livros do autor. Quanto não lucraria a apreciação da obra se pudéssemos dispor de uma edição crítica em uma mídia que permitisse perceber essa riqueza em que a forma livro se torna chatíssima. Mas observando que o trabalho do crítico estaria voltado para “descrever” e apresentar esses procedimentos, essas ocorrências, não mais na prescrição do texto correto, da “ortopedia” editorial.

Segundo caso nos parece muito importante, pois diz muito do desejo de editores e críticos em participar na obra, em ser também ele o autor. Se dá na edição das *Obras completas* de Augusto dos Anjos pela editora Nova Aguilar, aos cuidados de Alexei Bueno. O poema “O último número” já tivera um histórico rico em variantes.

#### O ULTIMO NUMERO

Hora da minha morte. Hirta ao meu lado,  
A Idéia estertorava-se... No fundo  
Do meu entendimento moribundo,  
Jazia o Ultimo Numero cansado!

Era de vel-o, immoveel , resignado,  
Tragicamente de si mesmo oriundo,  
Fóra de sucessão, extranho ao mundo,  
Como o reflexo funebre do Increado!

Bradei: – Que fazes ainda no meu craneo?  
E o Ultimo Numero, atro e subterraneo,  
Parecia dizer-me: “É tarde, amigo!

Pois que a minha antogenica Grandeza  
Nunca vibrou em tua lingua presa,  
Não te abandono mais! Morro contigo!”

Tudo por conta da palavra “antogenica” do verso 12. Assim ele foi publicado um dia depois da morte do poeta na Gazeta de Leopoldina, em 1914. Em 1917, na segunda publicação do poema apareceria a forma “antagonica”. Já na segunda edição do *Eu*, acrescido de outros poemas, o poema voltava à forma da Gazeta de Leopoldina. No entanto, a forma de maior difusão da obra de Augusto dos Anjos, as editadas pela Bedeschi (da 6ª, em 1934, à 28ª, em 1961) aparece com a forma “autogenita”.

Quando Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa publicam uma edição mais bem cuidada do poeta, pela Livraria São José, em 1962, optam pela forma “ontogênica”, mais em conformidade com as fontes haeckelianas do poeta. As edições de 35 a 42, pela Civilização Brasileira, embora digam reproduzir as de Houaiss e Assis Barbosa, retornam à forma “antogênica”.

E agora, na edição da Nova Aguilar, surge uma nova variante. No entanto o que nos chama a atenção é o texto do editor responsável para justificar sua escolha, presente em nota no fim do volume e sem indicações no corpo do texto. Uma a uma ele vai descartando as formas apresentadas anteriormente até chegar a sua opção.

Finalmente chegamos à presente lição, com a qual julgamos reencontrar, após oitenta anos de equívocos, a forma original do verso:

Pois que a minha autogênica Grandeza

Tendo o mesmo sentido da forma *autogênita*, mas alterando apenas uma letra da palavra original, em vez de duas, não sendo como esta um neologismo incomum, e explicando facilmente o surgimento da forma *antogênica*, pelo tradicional erro tipográfico da troca do *u* pelo *n*, letras do mesmo formato que se distinguem pela posição na vertical, julgamos probabilíssimo ter sido esta a palavra usada pelo poeta. (BUENO, 1995. p.832)

Contudo o que chega a parecer estranho é que toda a argumentação forte do editor se baseia no uso dos tipos gráficos com que eram impressos os poemas. Sabendo que a questão deste poema especificamente se dá na sua transmissão oral. Como reza a lenda, esse poema teria sido recitado pelo poeta em seu leito de morte, poucas horas antes de

morrer de causas pulmonares. Ou seja, tossindo e pigarreando.

Ao nosso parecer o que se tem aqui é um caso franco de apropriação desejante do editor sobre um poeta que já constrói seus poemas de forma bastante maquinica, como apresentei em capítulo de minha tese em 2004.

De certo modo, falar de Augusto dos Anjos é ter em conta os diversos rizomas autorais que ali se fazem. Órris Soares, Ernest Haeckel, Houaiss, Schopenhauer são apenas alguns dos segmentos autorais postos pela obra de Augusto dos Anjos, razão pela qual a crítica do seu tempo o viu como uma espécie de plagiário, Haeckel em versos.

## **Conclusão**

Esse texto é uma defesa da ecdótica sob novas coordenadas teóricas. Consideramos importante, portanto, encerrá-lo com diretrizes que vimos traçando ao pensarmos no “estabelecimento” de textos. Elas partem de duas reversões. A primeira reversão está em contrapor-se àquela definição primeira da disciplina “a tarefa da crítica textual é, precisamente, a reconstituição de um texto que se aproxima o mais possível do original perdido (‘constitutio textus’)” (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 32.). Pensamos numa crítica textual que valorize as diversas variantes textuais sem hierarquizá-las. E assim retomarmos o texto de Deleuze sobre Platão e o simulacro, quando propõe a reversão do platonismo. “L’oeuvre non hiérarchisée est un condensé de coexistences, un simultané d’événements” (DELEUZE, 2002. p.303.).

A segunda reversão está na “vontade autoral” como fundamento do uno, pensamos os textos como máquinas desejantes e portanto como potência de pluralidade.

Essas duas reversões trazem como consequências técnicas para a disciplina os seguintes pontos.

- Evitar o “iudicium”, ainda mais a pretensão de afirmar uma lição como correta.
- O “stemma codicum” passa a ser mais importante para a ecdótica que o estabelecimento de um texto fidedigno.
- Descrever a história da difusão de um texto em sua vibração rizomática torna-se mais importante que a atitude prescritiva da lição correta e do texto definitivo.
- As “variantes de tradição”, compreendidas como as formas históricas que um texto veio a público, tornam-se mais importantes que a idéia de um texto “original” que nunca foi publicado. Talvez fruto de uma interpretação editorial e crítica.
- Bédier afirmava que o original não é atingível. Grande parte da briga com os lachmanianos nasce em tal afirmação. A questão, porém, não está no grau de atingível, mas na própria ideia de original. Contrariamente a Bédier, porém, tender-se aos “códices plurimi”.
- Tecnicamente lachmaniana, talvez, mas sem proeminência autoral, sem pretensões de resgatar um texto original

Por fim é oportuno encerrar comentando uma observação do professor Ricardo Portella sobre a natureza não rizomática das redes, que elas põe-nos diante do

inumerável de opções, mas não diante do rizoma, pois as redes como a web ainda são arbóreas. Mas talvez a questão aqui se refira tão somente ao espaço-tempo da leitura, ou ao esforço de uma leitura que se quer abrir para a pluralidade. Sem nos esquecermos que os programas, as redes, os sites, os livros também são máquinas desejantes.

### **Referências Bibliográficas**

BICUDO, Irineu. Introdução. In: EUCLIDES. *Elementos*. Tradução [direta do grego] de Irineu Bicudo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p.15-94.

BUENO, Alexei. Notas e variantes. In: ANJOS, Augusto dos. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Logique du sens*. Paris: Minuit, 2002.

\_\_\_\_\_.; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 2001.

\_\_\_\_\_. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

QUEIROZ, Mario Cesar Newman de. Ecdótica, disciplina pós-moderna? In: *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Vol XII, n. 8. p.46-54.

RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. Edição crítica por Marlene Gomes Mendes, Deila Conceição Peres, Jayro José Xavier. São Paulo: Antares; Brasília: Pró-memória/INL, 1986.

SPAGGIARI, B.; PERUGI, M. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.